

CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO

Octavio Ianni

I. Significação do tema

A criação de uma civilização industrial no Brasil é um processo cujas etapas e limites históricos ainda não foram suficientemente situados e interpretados. As análises dos historiadores, economistas, sociólogos e cientistas políticos já reuniram um acervo de conhecimentos importantes à explicação da sociedade industrial brasileira. Assim, alguns estudiosos ressaltam, por exemplo: a Revolução de 1930, as crises na cafeicultura, as crises do capitalismo internacional em 1914-18, em 1929, em 1939-45 etc.. Outras contribuições apontam o valor explicativo da Abolição da Escravatura, a queda da Monarquia, o primeiro surto de industrialização em fins do século dezenove. É inegável que todos esses acontecimentos são fundamentais para a interpretação da gênese e da configuração da civilização industrial no Brasil. A própria coexistência, as tensões e os conflitos entre o mundo agrário e o mundo industrial somente se esclarecem quando a análise apanha aqueles fatos e processos.

É durante a segunda metade do século dezenove que a sociedade brasileira, profundamente marcada por relações coloniais (com Portugal e, depois, a Inglaterra), começa a sofrer a diferenciação interna que caracterizará a sua relativa autonomia e singularidade. Ou, ao menos, as forças que conduzem a essa direção. Gerada com o desenvolvimento econômico ocorrido no referido período, a diferenciação atinge o sistema produtivo e as relações de produção. É nesse ambiente que se instauram, de maneira aberta, algumas das relações fundamentais à existência da civilização industrial.

Em seu sentido histórico, o capitalismo industrial criado durante a *era getuliana* (1930-64) não se constituiu totalmente nessa mesma época. Foi produzido passo a passo, por partes, desde fases anteriores. Os mecanismos fiscais, aduaneiros, cambiais, as técnicas empresariais e de gerência, a formalização do mercado de força de trabalho, a capacidade de formular, importar e utilizar a tecnologia apropriada, a reformulação da estrutura do poder público, as correntes ideológicas vinculadas à economia nacional e à industrialização etc. criaram-se pouco

a pouco. *Grosso modo*, essas condições constituíram-se em decorrência do desenvolvimento e da diversificação das relações internas e externas da economia e da sociedade nacionais. Adiante, apontarei a essência dessas relações.

Neste ensaio, apresentarei uma interpretação da sociedade nacional, conforme as suas transformações mais notáveis, na segunda metade do século dezenove. Para esse fim, examinarei o *processo de ruptura entre o trabalhador e os meios de produção*. A expulsão do trabalhador da esfera dos meios de produção é um acontecimento ao mesmo tempo preliminar e interno à formação do capitalismo industrial no Brasil. É nessa ocasião que se inicia efetivamente a acumulação capitalista no âmbito da sociedade nacional. Ao mesmo tempo, inicia-se também um novo ciclo de reacomodações do Brasil no quadro do capitalismo mundial.

II. *A contradição fundamental*

Vários acontecimentos se apresentam como fundamentais, quando analisamos a sociedade brasileira durante a segunda metade do século dezenove. Destacam-se, por exemplo: a interrupção do tráfico de escravos; a adoção da tarifa Alves Branco; a Guerra do Paraguai e suas repercussões na sociedade brasileira; o aparecimento do “exército deliberante”, pela sua presença ativa na política; a campanha abolicionista; a campanha republicana; a expansão e o predomínio de cafeicultura; a imigração européia para a zona cafeeira e os centros urbanos mais importantes; a colonização das regiões desprovidas ou com baixa densidade demográfica; o florescimento da economia da borracha, provocando o afluxo de nordestinos para a Amazônia; os primórdios da industrialização; a Abolição da Escravatura; a Proclamação da República. A interpretação dessa época não pode prescindir do exame cuidadoso desses acontecimentos, encarados isoladamente e em suas influências recíprocas.

Entretanto, todos esses elementos, tomados um a um, ou em conjunto, não são suficientes para explicar satisfatoriamente a referida época histórica, seja simbolizada na Abolição, seja simbolizada na queda da Monarquia. A interpretação clássica de Oliveira Vianna, a despeito de isolar alguns acontecimentos cruciais, não é satisfatória. Ou melhor, não é propriamente uma explicação, apresentando-se antes como uma descrição de processos e fatos importantes ao entendimento do ocaso do Império. O mesmo se pode dizer da contribuição de Nelson Werneck

Sodré (*). A despeito de incorporar e alargar as reflexões de Oliveira Vianna, Sodré não realiza uma explicação completa. A meu ver, essas contribuições (inegavelmente fundamentais ao estudo do referido período) não são satisfatórias, porque permanecem no plano da descrição de fatos e fenômenos, sem apanhar plenamente os processos cruciais. Elas não se resolvem numa configuração histórico-estrutural, teoricamente explícita e convincente.

Em verdade, todos os acontecimentos mencionados somente adquirem valor explicativo quando são subsumidos a uma noção determinada de estrutura e historicidade dos sistemas sociais. É preciso apanhar os acontecimentos em suas manifestações e significações, em seus aspectos visíveis e subjacentes, a fim de que possamos adquirir uma adequada referência estrutural. Por isso, toda a época em questão, em seus acontecimentos mais importantes e secundários ou reflexos, somente se torna efetivamente explicada quando examinada com referência à coexistência da produção mercantilizada (café, açúcar, cacau, algodão, borracha, couros, erva-mate etc.) com o regime escravocrata. Durante a segunda metade do século dezenove, a sociedade brasileira é governada pela contradição entre a *mercadoria* e o *escravo*. Ou seja, é nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de produção se torna aberta e incômoda, impondo-se a sua resolução.

III. Diferenciação da estrutura econômico-social

O antagonismo essencial entre o escravo e a mercadoria somente aparece como contradição no momento em que o sistema econômico-social ingressa num período de transformações aceleradas. A coexistência entre a produção mercantil e a escravatura é eficaz enquanto a mercadoria não adquire, de modo pleno, a condição de categoria fundamental do sistema. É a partir de meados do século dezenove que ocorrem acontecimentos importantes, modificando-se a estrutura econômico-social e, em consequência, fazendo emergir a referida contradição.

Diversos fatos exprimem as modificações que se verificavam então: a expansão e o predomínio da cafeicultura na eco-

(*) Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*, 2a. edição, Companhia Melhoramentos de São Paulo, S. Paulo, 1933. Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933. Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1964. Outros autores também oferecem elementos importantes ao estudo do período. Todavia, Vianna e Sodré têm o mérito de compreender a singularidade dessa época e apresentar explicações globais.

nomia nacional, provocando o crescimento da renda nacional; a redução e a extinção do tráfico de africanos, com a consequente liberação de capitais e experiência empresarial para investimentos produtivos em outros setores; a adoção da tarifa Alves Branco, em 1844, com o seu caráter fiscal e protencionista; o aparecimento de um incipiente setor fabril, ao lado do artesanato já importante; a campanha de combate ao livre-cambismo, em benefício das atividades produtivas não agrícolas, identificadas com o nascente mercado interno. Em suma, durante a referida época houve um verdadeiro e importante surto de desenvolvimento econômico. A estrutura da economia brasileira diferenciou-se acentuadamente. Ao lado da expansão e hegemonia da cafeicultura, expandiram-se as atividades artesanais e o setor de serviços, além de ter-se criado um setor fabril.

Em consonância com êsses acontecimentos, ocorridos na esfera da economia, verificou-se a diferenciação interna do sistema social. Tanto quantitativa quanto qualitativamente, a sociedade passou por modificações substanciais. A divisão do trabalho, inerente à organização social da vida coletiva, desenvolveu-se aceleradamente. Além de multiplicarem-se as ocupações pré-existentes, criaram-se novas, emergindo outros grupos sociais, diferentes concepções sobre a economia e a sociedade, a política e a cultura, a indústria e agricultura, a economia do país e a economia mundial etc.

Em síntese, durante a segunda metade do século dezanove, a estrutura econômico-social no Brasil modificou-se profundamente. Expande-se a produção mercantil e criam-se interesses econômicos novos, distintos daqueles configurados na cafeicultura. A diferenciação crescente da estrutura econômico-social manifesta-se no aparecimento e expansão das atividades econômicas não agrícolas. Ao mesmo tempo, surgem grupos sociais não identificados com o "fazendeiro". É nesse contexto que a mercantilização das atividades produtivas e das outras relações econômicas adquire maior amplitude. A partir desse momento, a coexistência entre a mercadoria e o escravo se torna cada vez mais difícil. Tornam-se incompatíveis.

Na cafeicultura, em especial no Oeste Paulista, a *fazenda* se transforma numa *empresa*. A racionalidade inerente à economia mercantil penetra progressivamente a unidade produtora. Gerada na esfera da comercialização do café, a organização racional dos negócios relacionados à cafeicultura encaminha-se insistentemente para a fazenda. Assim, a comercialização do café impõe a reelaboração dos fatores e da organização na fazenda,

transformando-a numa empresa, no sentido empreendimento capitalista. Para enfrentar os problemas relacionados à organização eficaz dos elementos da produção, tais como a terra, o capital, a técnica, a mão-de-obra, além do financiamento, do transporte, do crédito etc., o *fazendeiro* foi obrigado a adotar outras expectativas e comportamentos, transformando-se em *empresário*. A racionalidade inerente ao modo capitalista de organização da produção difunde-se progressivamente pelo sistema social. Nesse processo, desenvolve-se a auto-racionalização do comportamento do empresário. E também do trabalhador.

Nesse contexto, o fazendeiro de café descobre que o escravo é um investimento relativamente oneroso. A organização mais eficaz do empreendimento, implicando a ordenação produtiva dos fatores e a avaliação mais cuidadosa dos custos, bem como das condições do mercado, evidenciam a amplitude do risco do caráter agora “anti-econômico” do investimento em escravos. Em outros termos, revela-se ao empresário uma sorte de antagonismo ou incompatibilidade, entre o trabalhador escravo e as possibilidades de ampliação da margem de lucro. Em sua consciência, é o escravo e o lucro que se revelam inadequadamente integrados, ou não mais suscetíveis de integrar-se satisfatoriamente. Esse é um conteúdo importante em toda a campanha abolicionista e no movimento pela imigração européia. O progresso possível do sistema econômico-social passou a depender (agora claramente) da eliminação do trabalhador da esfera dos meios de produção. Não apenas no sentido de abolição da escravatura, mas também no sentido de criação de um mercado efetivo de mão-de-obra, com base no trabalhador livre.

Esse processo ganhou novos elementos dinâmicos e maior envergadura devido à expansão dos setores não agrícolas da economia. Nas atividades artesanais e fabris, bem como nos serviços públicos, a identificação com o escravo era bem menor ou nula, em confronto com o que ocorria na agricultura. Essa situação facilitava e incentivava a criação do mercado de mão-de-obra baseado no trabalhador livre. A própria massa imigrada estava interessada em distinguir-se da escravatura e, mais ainda, valorizar-se muito mais que a massa escrava. O imigrado considerava-se diferente e melhor que o escravo ou ex-escravo. Incorporou rapidamente os padrões discriminatórios dominantes na sociedade brasileira, apresentando-se, pois, privilegiado no mercado de trabalho.

Portanto, a abolição e a imigração resultaram da instalação e, ao mesmo tempo, do remanejamento do mercado de trabalho.

Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar. São estes que contribuirão, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva que vegetará no Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre e outros núcleos dominantes. Em parte, êsse contingente de trabalhadores disponíveis alimentará expansões posteriores da economia nacional, especialmente a industrialização.

IV. *A importância da cultura urbana*

Todavia, os interesses econômicos criados, especialmente a inversão de capital em escravos, tornavam difícil a elaboração de uma consciência clara da incongruência crescente entre o modo de produção e as relações de produção. A transição da fazenda à empresa, em correspondência com a modificação do fazendeiro em empresário, não ocorreu senão paulatinamente. Na maior parte dos casos, na mesma unidade produtiva, coexistiam o *escravo* e o *colono*, da mesma forma que relações de produção escravistas com relações de produção baseadas em mão-de-obra assalariada. Os interesses criados, as práticas rotinizadas, o patrimonialismo, a cultura escravocrata, tôda uma visão do mundo, enfim, obstava a formulação clara dos termos da situação. Por isso o referido antagonismo não aparece aos sujeitos da situação senão como inadequação em face do lucro efetivo e o possível. Entretanto, a contradição estava operando rapidamente, tanto ao nível da empresa como no do mercado, tanto no plano das relações pessoais como no da sociedade global. Nem sempre a consciência social apreende as dimensões mais significativas da realidade.

Em particular, é na cidade que a contradição entre mercadoria e escravo adquire significação social e política, ainda que não enquanto tal. Devido à emergência de interesses econômicos diversos, à formação de grupos sociais não identificados com a agricultura nem com a escravidão, no ambiente urbano o escravo aparece representando um sistema que precisa ser ultrapassado. Essa tomada de consciência das incongruências entre as possibilidades de mercantilização crescente da economia e o regime escravocrata ocorre em decorrência de uma expressão singular do antagonismo entre mercadoria e escravo. Na cultura urbana, à medida que ela se desenvolve e adquire autonomia, em face da cultura rural, aparece a contradição entre a *escravidão* e a *liberdade*. Os valores culturais específicos do ambiente urbano, fortemente marcados pelo padrão euro-

peu, põem em evidência aquela incompatibilidade. Por isso é que a campanha abolicionista se fez na cidade. O abolicionismo envolve valores que somente aparecem na cidade, quando a cidade brasileira se diferencia do campo.

Como vemos, a contradição entre liberdade e escravidão somente aparece quando aparece também a contradição entre a cidade e o campo entre a civilização agrária e a civilização urbana. É nesse ambiente que florescem os primeiros ideais democráticos. Aí, os princípios da liberdade e da igualdade perante Deus surgem como uma necessidade da lei. Por isso, o clero não pôde mais “sacramentar” a escravização do negro, nem o exército aceitou amparar o regime escravocrata. O desenvolvimento econômico-social, e a concomitante diferenciação interna da sociedade brasileira colocaram em evidência as limitações do regime escravista. Mais ainda, a cultura urbana, gerada com aquelas transformações, colocou em discussão as bases morais e políticas do regime. Assim se constituem as preliminares do contrato democrático, em que, ao menos teoricamente, todos são iguais perante a lei.

V. Mercadoria e liberdade

Assim, a contradição entre a mercadoria e o escravo, configurada ao nível da economia, aparece no plano ideológico como contradição entre a escravidão e a liberdade. No âmbito da unidade produtiva, o fazendeiro, ou o empresário, reconhece que as exigências da criação de lucro impõem a reordenação e reavaliação dos fatores da produção. O império do valor de troca exige a redução da esfera de vigência do valor de uso, ou a eliminação da mercantilização parcial. No âmbito da sociedade como um todo, em particular no ambiente urbano, os cidadãos que participem dos círculos sociais menos privilegiados, reconhecem que a liberdade e o progresso estão na dependência da modificação das instituições que sustentam os privilégios presentes. Por isso, evidencia-se o caráter retrógrado da escravidão.

Em plano teórico, a superação do antagonismo entre a mercadoria e o escravo envolve as possibilidades de ampliação da margem de lucro e, em consequência, a instauração de outros níveis de racionalidade, na organização da empresa e do mercado. Torna-se necessário romper a vinculação do escravo com os meios de produção, de modo que a racionalidade possível no sistema econômico penetre também a esfera do trabalho. Nesse passo, o escravo se transforma em trabalhador livre, a mão-

-de-obra em força de trabalho. Sòmente nesse contexto é que a produção de lucro é função da produção da mais-valia relativa. Agora, a divisão do trabalho, isto é, a racionalização crescente do modo de produção, difunde-se pelas relações de produção, adquirindo a integração indispensável ao progresso do sistema. Em consequência, o escravo se transforma em cidadão, ao mesmo tempo que o imigrante; a abolição ocorre em 1888 e a grande naturalização em 1891. Confere-se-lhes a liberdade política, muito antes que possam utilizá-la. Num dos limites desse processo está a auto-racionalização do comportamento de todo o cidadão, inclusive o trabalhador.

A mercantilização crescente das atividades econômicas impõe que o trabalhador seja afastado da esfera dos meios de produção. Para que a sua atividade seja mercantilizada de modo pleno, ou segundo as exigências do processo produtivo, é preciso que a sua pessoa deixe de ser mercadoria. A mercantilização da força de trabalho exige que o proprietário desta tenha condições jurídicas e políticas para negociá-la. A racionalidade possível na organização dos elementos da produção efetiva-se de modo mais amplo quando também as expectativas do trabalhador estão referidas monetariamente. Quando êle avalia a sua atividade em dinheiro. Nesse sentido é que liberdade e mercadoria se relacionam. Para que a atividade produtiva do trabalhador adquira a condição de mercadoria, é necessário que o trabalhador ganhe a liberdade. Como cidadão, êle venderá a sua força de trabalho no mercado, segundo as tendências da oferta e da demanda. Nesse momento, a contradição entre a mercadoria e o escravo, ou entre a liberdade e escravidão, está completamente ultrapassada. Depois de ter atingido a unidade produtiva e o empresário, a racionalidade inerente à economia mercantil alcança também a esfera das expectativas e do comportamento do trabalhador. Assim, o escravo se torna operário.

Em síntese, a interpretação desenvolvida neste ensaio revela qual é o feixe das contradições que governam os acontecimentos históricos nacionais, desde meados do século dezenove. De início, configura-se o antagonismo entre a liberdade e a escravidão. A sua análise põe em evidência a contradição entre a mercadoria e o escravo, como fundamento daquela. Em realidade, trata-se da incompatibilidade estrutural, surgida entre o trabalhador escravo e o trabalhador livre, no processo de produção de lucro. A medida que a pesquisa se desenvolve, evidencia-se a oposição entre a indústria e a agricultura, bem como no próprio seio desta. As diferentes maneiras de organizar as unidades produtivas denotam diversas possibilidades de am-

pliação da margem de lucro. Na mesma seqüência de reflexões, aparece o antagonismo entre a cidade e o campo, configurado na sociedade agrária. Surgem, então, as condições preliminares da ordem democrática, do contrato. Enfim, em plano mais geral, está em jôgo a contradição entre a economia brasileira, em busca de especificidade e autonomia, e a economia internacional, com centro dominante na Inglaterra, no âmbito da qual o país aparece como adjetivo. É o jôgo dessas contradições que governa os acontecimentos fundamentais da sociedade brasileira, na segunda metade do século dezenove. A medida que o sistema econômico-social vai se diferenciando internamente, êsses antagonismos tornam-se explícitos para alguns grupos sociais, afetando as orientações da sua atividade. Mesmo quando não ocorre essa tomada de consciência, é inegável que êles passam a governar os acontecimentos. É a trama dessas oposições que revela os primórdios e alguns desenvolvimentos fundamentais da civilização industrial possível no Brasil.